

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012803-27.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Liminar**  
 Requerente: **Lauriberto Lino Transportes Me**  
 Requerido: **Banco Volvo (Brasil) S/A**

Justiça Gratuita

LAURIBERTO LINO TRANSPORTES ME ajuizou ação contra BANCO VOLVO (BRASIL) S/A, pedindo a condenação à confecção de cálculos necessários à apuração do valor exato da obrigação e de seu saldo devedor, a ser realizado por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais. Para tanto, alegou ter contratado um financiamento, desconhecer o efetivo valor a ser pago e ter interesse em verificar aspectos do cálculo.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo a impossibilidade de concessão do benefício da gratuidade processual ao autor, carência de ação, improcedência da pretensão e isenção de condenação em verbas processuais.

Manifestou-se o autor, insistindo nos termos do pedido inicial.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não houve utilização do meio processual hábil à impugnação do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, consoante dispõe a Lei 1.060/50, razão pela qual não se conhece da manifestação do réu a respeito.

Dispõe o artigo 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001:

*Art. 5º Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema*

**1012803-27.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.*

*Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.*

O autor manifestou ao réu interesse nesse sentido, de conhecer o saldo devedor. A correspondência encaminhada não foi atendida (fls. 35), do que decorre não apenas o reconhecimento do direito de ação, como também seu êxito. Ademais, deixando o réu de atender o pedido na esfera administrativa e sendo desnecessário o recurso ao processo judicial, responderá pelas despesas respectivas.

Note-se que o réu apresentou o documento (fls. 252/254), cumprindo a obrigação. O autor não apontou, claramente, o que estaria faltando na planilha (fls. 258/264).

Diante do exposto, acolho o pedido e imponho ao réu a obrigação de apresentar a planilha pleiteada, ao mesmo tempo que, já apresentada, julgo extinta tal obrigação.

Condeno-o ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em R\$ 800,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de novembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**